

Biografia Oficial

O Presidente da República de Cabo Verde, PEDRO DE VERONA RODRIGUES PIRES, nasceu a 29 de Abril de 1934, na localidade de Santana, freguesia de S. Lourenço, na ilha do Fogo, filho de Luís Rodrigues Pires e de Maria Fidalga Lopes Pires. É casado com Adélia Barreto Pires, é pai de duas filhas - Sara e Indira Pires.

Fez os estudos primários e uma parte dos estudos secundários nas cidades de S. Filipe e da Praia, tendo concluído estes últimos no Liceu Gil Eanes, em S. Vicente.

Em 1956 seguiu para Lisboa para fazer os estudos universitários. Frequentou a Faculdade de Ciências de Lisboa. Entretanto, foi chamado a prestar serviço militar obrigatório, tendo servido como oficial miliciano do quadro de oficiais técnicos controladores de radar.

A sua juventude foi marcada por duas grandes secas que assolaram Cabo Verde. Guarda uma dolorosa recordação dos efeitos catastróficos das fomes de 1943 e 1947, bem como de cenas do embarque de trabalhadores contratados para S. Tomé e Príncipe. Esses acontecimentos dramáticos fazem despertar no jovem Pedro Pires preocupações de justiça social e de solidariedade que constituirão uma das razões do seu futuro engajamento na luta pela libertação de Cabo Verde.

Apesar de já efectivamente comprometido com a causa do povo das ilhas, vai ser somente em Portugal que Pedro Pires entra, verdadeiramente, para a política. Em Lisboa frequentou, tal como a maioria dos estudantes originários das colónias, a Casa dos Estudantes do Império, lugar onde, pelo convívio e pela troca de experiências, consolidou a sua consciência da realidade de submissão e exploração a que estavam votados os povos colonizados.

Presenciou a campanha de Humberto Delgado, em 1958, acontecimento que, por constituir um interregno na autoritária vida política portuguesa, contribuiu para o despertar político de muitos jovens, em Portugal.

O desencadeamento da luta armada de libertação em Angola, em Fevereiro de 1961, e a bárbara repressão que se seguiu, contribuíram para a radicalização do ambiente político que se vivia na altura, levando a que Pedro Pires decidisse abandonar clandestinamente Portugal, desertando da Força Aérea Portuguesa.

Integrou então um grupo de cerca de 80 jovens africanos que resolveram sair clandestinamente de Portugal, em Junho de 1961, para se juntar aos movimentos de libertação emergentes nas ex-colónias portuguesas. Segundo mais tarde se constatou, tal fuga contou com o apoio dos Governos americano e francês.

Pedro Pires e os seus companheiros refugiaram-se depois, em Paris, donde partiram, outra vez, clandestinamente, para o Ghana, com a “cumplicidade” da rede de apoio aos combatentes argelinos do FLN.

Em Acra, capital do Ghana, Pedro Pires entra em contacto com a Direcção do PAIGC, sediada na altura, em Conakry, e tem a oportunidade de conhecer pessoalmente Amílcar Cabral.

Em Setembro de 1961 Pedro Pires segue para a Guiné Conakry, viajando logo depois para Marrocos a fim de integrar o Secretariado da CONCP, em Rabat.

Em 1962 foi colocado na Representação do PAIGC, em Dakar, com a missão de recrutar cabo-verdianos para a luta de libertação e de assegurar o estabelecimento clandestino de contactos com Cabo Verde.

Três anos mais tarde Pedro Pires, que nessa altura já havia sido designado membro do Comité Central do PAIGC, participou na Conferência Tricontinental, em Havana, integrando a delegação dirigida por Amílcar Cabral.

Ainda em 1965, foi destacado para fazer a mobilização de combatentes cabo-verdianos em França. Nesse mesmo ano partiram de França cerca de 25 jovens para formação na Argélia e que viriam a constituir o primeiro grupo de guerrilheiros cabo-verdianos preparados em Cuba, sob a sua direcção.

De 1965 a 1967, chefiou esse núcleo de combatentes cabo-verdianos do PAIGC que recebeu formação político-militar em Cuba, tendo em vista o desencadeamento da luta armada em Cabo Verde. Devido à impossibilidade de realização da operação, Pedro Pires e os seus companheiros completaram a formação militar na URSS, em 1967/68, regressando posteriormente, à Guiné.

Em 1968, integrou o Comando da Frente Leste, na Guiné. Foi designado membro do Conselho de Guerra, responsável pelo recrutamento e formação. Acumulou as suas funções no Conselho de Guerra com as de Responsável pela Educação na Região Sul, durante algum tempo.

Em 1973, aquando da morte de Amílcar Cabral, desempenhava as funções de Comandante da Região Balana /Quitáfine em acumulação com as de membro do Conselho de Guerra. Era na altura, membro do Comité Executivo de Luta do Conselho Superior de Luta do PAIGC.

Participou na preparação e na realização da operação de tomada do quartel de Guiledje como Responsável da Logística. No II Congresso do PAIGC, em 1973, foi eleito membro do Conselho Superior de Luta e do seu Comité Executivo e Presidente da Comissão Nacional para Cabo Verde do PAIGC.

Em Setembro de 1973, quando da proclamação da independência da Guiné, integrou o Governo guineense como Comissário-Adjunto para as FARP, ocupando o terceiro lugar na hierarquia governamental, depois de Chico Mendes e de Nino Vieira.

Após o golpe de Estado do 25 de Abril de 1974 em Portugal, Pedro Pires chefiou a delegação do PAIGC que negociou com o Governo português, o reconhecimento da independência da Guiné. Assinou o Acordo de Argel em Agosto de 1974. Dirigiu a delegação guineense que assistiu ao acto de reconhecimento da independência da Guiné, em Lisboa, a 10 de Setembro de 1974.

Depois de várias peripécias, como a ameaça de interdição da sua entrada em Cabo Verde, com o pretexto de ser cidadão guineense, Pedro Pires chegou à Praia, a 13 de Outubro de 1974, num avião militar português. Foi recebido triunfalmente pela população da Praia. A partir daí, passou a dirigir directamente a organização do PAIGC em Cabo Verde.

Face ao impetuoso desenvolvimento do movimento popular pró-independência e após vários contactos secretos com representantes do MFA, foi convidado pelo Governo português para a abertura das negociações que conduziram à independência de Cabo Verde. A 19 de Dezembro de 1974, à frente de uma delegação do PAIGC, assinou o Acordo para a Independência de Cabo Verde. Negociou depois, com o Governo português, o Estatuto do Estado de Cabo Verde e o processo de transição política até 5 de Julho de 1975.

Em 1974, foi eleito deputado e depois designado para chefiar o Primeiro Governo do Cabo Verde independente.

Como Primeiro Ministro, dedicou-se durante três mandatos sucessivos, com a abnegação e a perseverança que lhe são peculiares, à árdua tarefa de viabilização do país e da edificação de um Estado independente, organizado e, igualmente, credível e útil no plano internacional.

Durante os três mandatos sucessivos em que dirigiu o Governo Pedro Pires defendeu uma política moderada seja no plano externo seja no plano económico. Para resolver os graves problemas das populações e do desenvolvimento do país, o seu Governo adoptou os chamados planos de emergência, impulsionou os programas de Reforma do Ensino e da Administração Pública e implementou as primeiras medidas de liberalização da economia cabo-verdiana, favorecendo a atracção de investimentos directos estrangeiros.

Entre outros resultados, os governos dirigidos por Pedro Pires conseguiram em doze anos, de 1976 a 1988, partindo de uma situação de extrema pobreza, a multiplicação da produção nacional por 2,5 e a duplicação da produção por habitante por ano. O PIB evoluiu de 260 dólares para 816 dólares. Cabo Verde conseguiu realizar um dos melhores índices de desenvolvimento humano em África. Teve ganhos substanciais nos domínios da saúde, educação, formação e alfabetização, da melhoria das condições de vida das populações e da defesa do meio ambiente.

O governo de Cabo Verde desempenhou igualmente um papel de relevo nos processos que conduziram às negociações para a independência da Namíbia e à evacuação das forças militares cubanas e sul-africanas de Angola.

No âmbito da actividade partidária, em 1981, Pedro Pires liderou o movimento político que conduziu à separação da componente cabo-verdiana do PAIGC e à fundação do PAICV. Foi eleito no Congresso Constitutivo do PAICV para o cargo de Secretário Geral Adjunto do Partido.

No IV Congresso do PAICV, em 1987, defendeu o aprofundamento do debate interno sobre o lugar da «sociedade civil» no desenvolvimento da política nacional.

Em Fevereiro de 1990, encabeçou o movimento interno no PAICV que conduziu à abertura ao pluralismo político. À frente do PAICV, perdeu as primeiras eleições pluralistas realizadas em Cabo Verde, em 1991. No mesmo ano, foi reeleito SG do PAICV, pelo V Congresso.

Foi eleito deputado pelo círculo da Praia, nas eleições de 1991.

Em 1993, no VI Congresso do PAICV foi substituído no cargo de Secretário Geral do PAICV e passou a desempenhar o de Presidente do PAICV.

No VIII Congresso do PAICV, em Setembro de 1997, foi eleito, de novo, líder do PAICV, função que desempenhou até meados do ano 2000.

No IX Congresso do PAICV, em Junho de 2000, Pedro Pires decide afastar-se da vida político-partidária activa,

deixando a uma nova geração de políticos uma organização mais forte e mais confiante.

Em Setembro de 2000, candidatou-se à Presidência da República de Cabo Verde. Beneficiando do perfil de um patriota sincero, e dedicado à causa nacional, consegue reunir uma forte adesão das populações que, a 25 de Fevereiro de 2001, decidem escolhê-lo para ser o terceiro Presidente da República de Cabo Verde.

Durante os cinco anos do seu primeiro mandato como Presidente da República, Pedro Pires exerceu uma magistratura de influência que se pautou acima de tudo pela defesa intransigente dos interesses nacionais, garantindo a preservação de um clima de paz e de estabilidade institucional assentes no cumprimento rigoroso da Constituição da República; nesse sentido também, empenhou permanentemente os seus esforços em prol da consolidação da democracia e do Estado de Direito em Cabo Verde, bem como a favor da valorização da dignidade nacional, da cultura e do património moral da sociedade caboverdiana. No plano internacional, Pedro Pires foi um defensor perseverante da paz, promoveu uma maior aproximação com os diferentes parceiros internacionais, contribuindo decisivamente para o reforço da credibilidade e da imagem externa do país.

Após ter apresentado a sua candidatura para um segundo mandato como Presidente da República, nas eleições realizadas em Fevereiro de 2006, Pedro Pires viu reforçada a sua legitimação pelo voto popular democrático, para continuar assumindo a mais alta magistratura do país.

Durante a sua vida política ao serviço de Cabo Verde, Pedro Pires foi distinguido com as seguintes condecorações :

- De Cabo Verde, Ordem Amílcar Cabral;
- Da Guiné-Bissau, Medalha Amílcar Cabral;
- Do Senegal, Ordem do Leão;
- De Portugal, Ordem Infante D. Henrique;
- De Cuba, Ordem José Martí.

Março de 2006